



PROCESSO SELETIVO PÚBLICO

Cargo:

Analista Financeiro Sênior

(Área de Administração de Bens Imóveis)

024 NÍVEL SUPERIOR

Prova Objetiva Aplicação: 2/11/2002



LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- Ao receber este caderno, confira se ele contém vinte questões objetivas cometamente ordenadas.
- Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabiveis.
- 3 Recomenda-se não marcar ao acaso: cada fem cuja resposta divirja do gabanto oficial definitivo acametará a perda de 0,20 ponto no resultado de questão, conforme consta no Edital n.º 1/2002 - PR/PREVI, de 12/9/2002.
- Não utilize nenhum material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.
- 5. Durante a prove, não se comunique com outros candidates nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 6 A duração da prova é de três horas, já incluido o tempo destinado à identificação que será feita no decorrer da prova e ao preenchimento da folha de respostas.
- 7. A desobediência a qualquer uma das determinações constantes nas presentes instruções, na fotha de rascunho ou na fotha de respostas poderá implicar a anulação da sua prova.

accessor.

- 1 5/11/2002 Devulgação, a partir das 10 ft, dos gabantos oficiara profumerous da prova objetiva, na internet no endereça eletrônico http://www.cespe.unb.br e nos quadros de anisos do CESPE/Unit em Brasilia.
- H. 4 e 5/11/2002 Recebirmiento de recursos contre os galsantos oficiais prefinerares da prova objetiva, exclusivamente nos topais e hondes a serviminformados juntamente com a divusção desses gaboritas.
- 18 16/11/2002 Dete provival de rivelgação (após a apractação de eventuas recursos) no Diáno Oficial do Estado do Parana, residencia mencionados no item. Li no Asió de estrada da PARANAPREVIDENCIA e no endereço eletróricos http://www.pr.gou.br/paranaprevidencia do resultado final da prova objetiva, da convocação para a avellação de titulos para os cargos de eliveia superior e médio e do final do precessos seletivo pero os cargos do reival fundamental.

OBBERNAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos en desacordo com o establemodo no item 10 do Edital n.º 1/2802 PRIPREVI. de 12/5/0902.
- Informações relativas so processo selativo poderito ser obtidas palo talatoras 0(00)–41–445–0100.
- Epermitido a reprodução doste materiol, desde que citada a fanto.

De acordo com o comando de cada uma das questões de 1 a 20, marque, na folha de respostas, para cada item: o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO; ou o campo designado com o código SR, caso desconheça a resposta correta. Marque, obrigatoriamente, para cada item, um, e somente um, dos três campos da folha de respostas, sob pena de arcar com os prejuízos decorrentes de marcações indevidas. A marcação do campo designado com o código SR não implicará apenação. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a folha de respostas, que é o único documento válido para a correção da sua prova.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 1

A PARANAPREVIDÊNCIA é um ente de cooperação governamental do estado do Paraná para o cumprimento de suas obrigações de seguridade funcional e tem por finalidade gerir o respectivo sistema, segundo o regime de benefícios e serviços previstos na Lei estadual n.º 12.398/1998. Com relação à estrutura administrativa da PARANAPREVIDÊNCIA, julgue os itens seguintes.

- O Conselho de Administração figura como órgão superior de gerenciamento, normatização e deliberação na estrutura organizacional da PARANAPREVIDÊNCIA.
- A PARANAPREVIDÊNCIA sucederá o Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná (IPE) em todos os processos judiciais em que este figure como parte, inclusive litisconsorte, assistente ou oponente.
- **3** O presidente do Conselho Fiscal e o presidente do Conselho de Administração serão de livre escolha do diretor-presidente da PARANAPREVIDÊNCIA.
- O diretor ou conselheiro que, durante o seu mandato, perder a condição de segurado inscrito na PARANAPREVIDÊNCIA, se esta houver sido requisito de investidura no cargo, deverá concluir seu mandato caso falte menos de dois anos para o seu final.
- **6** Um servidor público do estado, para poder ser indicado como membro do Conselho de Administração, deverá contar com, no mínimo, cinco anos de efetivo exercício em cargo público estadual.

QUESTÃO 2

Acerca do Plano de Benefícios previsto na Lei estadual n.º 12.398/1998, julgue os itens a seguir.

- Um professor que comprovar exclusivamente tempo de efetivo exercício da função de magistério no ensino superior terá seus requisitos de idade e de tempo de contribuição previstos para aposentadoria por tempo de contribuição reduzidos em cinco anos.
- 2 Toda servidora terá direito à aposentadoria voluntária por implemento de idade ao completar 55 anos de idade.
- A partir da data do óbito, o benefício de pensão por morte de segurado da PARANAPREVIDÊNCIA será devido a sua esposa.
- **4** Considere a seguinte situação hipotética.

Adriane recebe pensão por ausência pelo desaparecimento de seu marido, Paulo, que é segurado da PARANAPREVIDÊNCIA.

Nessa situação, caso Paulo reapareça, Adriane estará desobrigada de reembolsar as quantias recebidas.

• Caso um segurado da PARANAPREVIDÊNCIA esteja preso, sua esposa terá o benefício de pensão por prisão suspenso, se o segurado fugir da prisão.

QUESTÃO 3

A respeito das contribuições previdenciárias, julgue os itens

- ① Um servidor ativo, titular de cargo efetivo, que, em 1998, contava com 55 anos de idade tem sua contribuição previdenciária retida e repassada para compor o Fundo de Previdência.
- 2 Uma servidora ativa, titular de cargo efetivo, que em 1998 contava com 42 anos de idade, tem sua contribuição previdenciária retida e repassada para a composição do Fundo Financeiro.
- **18** Um servidor, ocupante exclusivamente de cargo comissionado no governo do estado do Paraná, deverá ter sua contribuição previdenciária retida e repassada ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).
- Um servidor ocupante de cargo em comissão no estado do Paraná, oriundo da administração pública da União, onde é segurado do regime próprio dos servidores públicos federais, terá sua contribuição destinada ao regime de origem.
- **6** Um servidor ocupante de cargo em comissão no estado do Paraná, oriundo da administração pública de um município que não possua regime próprio de previdência para seus servidores, terá sua contribuição destinada ao INSS.

QUESTÃO 4

Julgue os itens a seguir, relativos ao estatuto da PARANAPREVIDÊNCIA.

- A PARANAPREVIDÊNCIA tem sede e foro na cidade de Curitiba e jurisdição em todo o território do estado do Paraná.
- **2** Em outros estados federados, a instituição não poderá credenciar representantes.
- **3** O exercício financeiro da PARANAPREVIDÊNCIA inicia-se em março.
- A PARANAPREVIDÊNCIA vincula-se, como ente de cooperação governamental, ao secretário especial para assuntos de previdência.
- **6** A PARANAPREVIDÊNCIA tem por finalidade gerir o sistema de seguridade funcional do estado do Paraná.

QUESTÃO 5

Julgue os itens a seguir, relativos ao Conselho de Administração da PARANAPREVIDÊNCIA.

- É integrado por dez conselheiros efetivos e cinco suplentes.
- 2 Todos os conselheiros são escolhidos pelo governador do estado.
- **3** O presidente do conselho tem voz e voto, inclusive o de desempate.
- O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente a cada dois meses.
- Uma pessoa com formação de nível médio poderá ser conselheiro de administração se tiver reconhecida capacidade em seguridade.

Nas questões de 6 a 8, que avaliam **Noções de Informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, que o *mouse* está configurado para pessoas destras e que expressões como clicar, clique simples e clique duplo referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*. Considere também que não há restrições de proteção e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios e equipamentos mencionados.

QUESTÃO 6

Acerca da Internet, julgue os itens a seguir.

• Considere a seguinte situação hipotética.

Juliano entrou em contato com uma empresa provedora de Internet para se informar acerca dos custos que teria para acessar a Internet. Um empregado da empresa informou que, caso o acesso fosse feito por meio de uma linha discada, além de uma taxa mensal a ser paga à empresa provedora do acesso e dos custos com o uso da linha telefônica, Juliano deveria, assim como todos os internautas, pagar uma taxa à WWW, empresa de escopo internacional que controla a Internet.

Nessa situação, os custos informados pelo empregado estão condizentes com o que habitualmente é cobrado aos internautas, sendo que o valor da taxa a ser paga à WWW depende do país a partir do qual o acesso é realizado.

2 Considere a seguinte situação hipotética.

Pedro, desejando obter informações na Internet acerca de um determinado assunto, tentou acessar, por meio de uma rede *dialup*, um *site* de busca com a ajuda de um navegador de Internet. Porém, toda vez que tentava acessar o *site* de busca, Pedro obtinha a mensagem de que o acesso ao *site* desejado era impossível.

Nessa situação, o acesso não foi efetivado pelo fato de que, entre outros possíveis problemas, o acesso a *sites* de busca utilizando-se navegadores de Internet não pode ser realizado por meio de redes *dial-up*.

No acesso à Internet por meio de uma rede ADSL, obtém-se maiores taxas de transmissão em bps (bits por segundo) que em redes dial-up, dadas as mesmas condições de rede e de hardware.

Uma forma de evitar que vírus de computador sejam introduzidos em um microcomputador, ao realizar operações de download de informações a partir de páginas da Internet, é desativar o protocolo TCP/IP, passando-se a acessar a Internet apenas por meio do o protocolo FTP.

Estruturalmente, o endereço http://www.cespe.unb.br constitui um URL (uniform resource locator) correto.

QUESTÃO 7

A figura ao lado mostra a tela do monitor de um computador que utiliza o sistema operacional Windows 2000. Com relação a essa figura e ao Windows 2000, julgue os itens seguintes.

• Por meio das teclas Alt e Tab é possível alternar entre os programas que estão sendo executados.

2 Um dos programas que estão sendo executados é um aplicativo acessório que já vem disponível no Windows 2000, denominado Paint.

É possível copiar a figura que está sendo editada no aplicativo Paint para um documento do tipo Word 2000.

Ao se clicar o ícone que permite, entre outras coisas, formatar o disco rígido do computador.

6 A partir da observação da barra de tarefas do Windows, é correto afirmar que apenas dois aplicativos estão abertos.

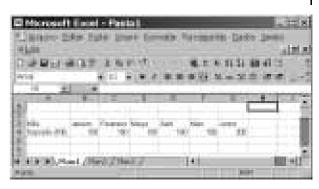


QUESTÃO 8

Para complementar sua renda após a aposentadoria, um trabalhador deposita certa quantia de reais a cada mês em uma caderneta de poupança. A planilha ao lado, elaborada pelo trabalhador no Excel, mostra os depósitos realizados nos seis primeiros meses em que ele iniciou esses depósitos. Com relação a essa figura e ao Excel, julgue os itens que se seguem.

Supondo que a caderneta de poupança tenha um rendimento de 0,7% ao mês, o saldo total da poupança do trabalhador após o depósito dos rendimentos do mês de junho poderá ser calculado corretamente e posto na célula H4 por meio da seguinte seqüência de ações: clicar a célula H4; digitar soma(B4:G4)*1,07.

Para se calcular a média aritmética dos números contidos nas células de B4 e G4 e pôr o resultado na célula H4, é suficiente clicar a célula



H4 e, em seguida, clicar o botão Para se aplicar o estilo de moeda internacional às células de B4 a G4, é suficiente selecionar essas células e clicar o botão

É possível mover os conteúdos das células de B4 a G4 para as células de B6 até G6, respectivamente, por meio da seguinte sequência de ações: selecionar as células de B4 a G4; clicar o *menu* e clicar a opção Recortar; clicar a célula B6; clicar o *menu* e clicar a opção Colar.

• Para mesclar as células de B2 a G2, tornando-as uma só célula, que ocupe o lugar dessas seis células, é suficiente selecionar as células de B2 a G2 e clicar o botão

QUESTÃO 9

Tabela de reajuste dos benefícios a partir de 1.º/6/2002 concedidos de acordo com as respectivas datas de início

data do início do benefício	reajuste (%)
até 30/6/2001	9,20
até 31/7/2001	8,55
até 31/8/2001	7,36
até 30/9/2001	6,52
até 31/10/2001	6,05
até 30/11/2001	5,00
até 31/12/2001	3,72
até 31/1/2002	2,96
até 28/2/2002	1,87
até 31/3/2002	1,56
até 30/4/2002	0,93
até 31/5/2002	0,25

Internet: http://www.mpas.gov.br>. Acesso em 21/10/2002 (com adaptações).

Com base nas informações acima, julgue os itens que se seguem.

- Para reajustar a partir de 1.º/6/2002 um benefício concedido em 30/5/2002, deve-se multiplicar o seu valor por 1,025.
- 2 Um benefício de R\$ 1.000,00 que tenha sido concedido em 15/8/2001, a partir de 1.º/6/2002 foi reajustado em menos de R\$ 70.00.
- Se um benefício de R\$ 500,00, concedido após 30/6/2001, foi reajustado em 1.º/6/2002 em exatamente R\$ 25,00, é correto afirmar que esse benefício foi concedido no mês de novembro de 2001.
- Para os benefícios A e B, concedidos em dias consecutivos, é possível que o valor de A seja menor que o de B mas que, após 1.º/6/2002, o valor reajustado de A seja maior que o valor reajustado de B.
- 6 Considerando que a inflação acumulada de 1.º/11/2001 a 31/5/2002 tenha sido de 4%, conclui-se que a taxa real de reajuste de um benefício concedido em 31/10/2001 foi inferior a 2,05%.

QUESTÃO 10

Acerca da definição de aluguéis de imóveis locados, consoante a legislação vigente, julgue os itens subseqüentes.

- É livre a convenção do aluguel, vedada a sua estipulação em moeda estrangeira, mas permitida a sua vinculação à variação cambial.
- É lícito às partes fixar, de comum acordo, novo valor para o aluguel, bem como inserir ou modificar cláusula de reajuste.
- Não havendo acordo, o locador ou o locatário, somente após dez anos de vigência do contrato ou do acordo anteriormente realizado, poderão pedir revisão judicial do aluguel, a fim de ajustá-lo ao preço de mercado.
- Em nenhuma hipótese o locador poderá exigir o pagamento antecipado do aluguel.
- Tratando-se de sublocação, no caso específico das habitações coletivas multifamiliares, a soma dos aluguéis não poderá ser superior ao do valor da locação.

RASCUNHO

QUESTÃO 11

Consoante a legislação brasileira, é dever do locatário

- responder pelos vícios ou defeitos anteriores à locação.
- pagar as taxas de administração imobiliária, se houver, e de intermediações.
- pagar, em qualquer hipótese, os impostos e taxas que incidam ou venham a incidir sobre o imóvel.
- pagar as despesas extraordinárias de condomínio.
- **6** pagar, em qualquer hipótese, o prêmio de seguro complementar contra fogo que incida ou venha a incidir sobre o imóvel.

QUESTÃO 12

A legislação brasileira estatui que, no caso de venda, promessa de venda, cessão ou promessa de cessão de direitos ou dação em pagamento, o locatário tem preferência para adquirir o imóvel locado, em igualdade de condições com terceiros, devendo o locador dar-lhe conhecimento do negócio mediante notificação judicial, extrajudicial ou outro meio de ciência inequívoca. Acerca desse tema, julgue os itens abaixo.

- A comunicação deverá conter todas as condições do negócio e, em especial, o preço, a forma de pagamento, a existência de ônus reais, bem como o local e o horário em que pode ser examinada a documentação pertinente.
- ② O direito de preferência do locatário caducará se não for manifestada, de maneira inequívoca, sua aceitação integral à proposta, no prazo de 180 dias.
- Ocorrendo aceitação da proposta, pelo locatário, a posterior desistência do negócio pelo locador acarreta, a este, responsabilidade pelos prejuízos ocasionados, inclusive lucros cessantes.
- **4** Estando o imóvel sublocado em sua totalidade, caberá a preferência ao locatário e, em seguida, ao sublocatário. Se forem vários os sublocatários, a preferência caberá a todos, em comum, ou a qualquer deles, se um só for o interessado.
- O locatário preterido no seu direito de preferência poderá reclamar do alienante as perdas e danos ou, depositando o preço e demais despesas do ato de transferência, haver para si o imóvel locado, se o requerer no prazo de seis meses, a contar do registro do ato no cartório de imóveis, desde que o contrato de locação esteja averbado pelo menos trinta dias antes da alienação junto à matrícula do imóvel.

QUESTÃO 13

Boas técnicas de cobrança são essenciais para a saúde financeira de uma organização. Quanto a esse tema, julgue os itens abaixo.

- Uma boa cobrança começa por um bom trabalho preventivo antes de se fazer a venda. Deve-se fazer um cadastro completo do candidato, sua análise profissional e um estudo de aprovação competente.
- É aconselhável que quem concede crédito deva ter alguns anos de trabalho na empresa, experiência em lidar com os clientes. Deverá conhecer os bons e os que atrasam, deve saber colher informações de quem nunca viu, estudar o cadastro e decidir.
- É recomendável ao cobrador, entre outras coisas: respeitar o Código de Defesa do Consumidor, não agredir o cliente com atitudes, gestos ou palavras, não deixar recados de cobrança mas sim de que quer falar com a pessoa, não cobrar em duplicidade, saber o que e quanto está cobrando, não constranger e humilhar o devedor, saber graduar suas ações de cobrança.
- Ocm um título protestado nos arquivos pode-se esperar até cinco anos para que o devedor tente se reabilitar como postulante a limpar seu nome na praça. Durante esse período, o devedor fica classificado como inadimplente perante os cartórios do estado e empresas de cadastro.
- Toda operação de conceder crédito envolve risco; por menor que seja o risco, deve-se especificar em que condição se deverá ou não aprovar o crédito.

QUESTÃO 14

O negócio imobiliário é um ato que requer atenção. O vendedor e, especialmente, o comprador devem realizar o negócio segundo procedimentos os mais conscientes possíveis. Acerca desse tema, julgue os itens abaixo.

- Nos casos de promessa de compra e venda de unidade a ser construída ou na planta e de promessa de compra e venda de unidade em construção, é necessário que a respectiva documentação seja arquivada pelo incorporador no cartório de registro de imóveis local. Esse procedimento, porém, não assegura os direitos de quem compra um imóvel que não esteja pronto quando da assinatura do contrato.
- Pelo regime de empreitada a preço fixo ou reajustável, em que a negociação é mais conhecida como compra e venda a preço fechado, o vendedor se obriga a promover a construção do edifício e a entregar ao comprador, em um prazo determinado, a unidade por ele comprada sala, loja, apartamento ou vaga de garagem pronta e acabada conforme houver sido contratado. Para tanto, o comprador deverá pagar uma quantia predeterminada, sujeita ou não a reajuste, nas condições e nos vencimentos prefixados, tudo conforme constar no contrato de promessa de compra e venda.
- Pelo regime de administração ou a preço de custo, as despesas de construção do empreendimento são totalmente custeadas pelos compradores das frações ideais do terreno correspondentes às unidades autônomas que o comporão. Isso inclui, apenas, os gastos com a construção da própria unidade autônoma sala, loja, apartamento ou vaga de garagem —, mas não as despesas relativas à construção das partes comuns do prédio e à aquisição dos equipamentos comuns, isto é, daqueles que não pertencerão individualmente a ninguém.
- A legislação exige que o custo global estimativo da construção do prédio e o custo estimativo da construção da unidade autônoma contratada, constantes do contrato, estejam atualizados até, pelo menos, dois meses antes da contratação, o que possibilita ao comprador uma análise mais criteriosa quanto a suas possibilidades financeiras de realização do negócio, evitando, assim, que, após a assinatura do contrato, ele seja surpreendido pela obrigação de, em prazo curto, realizar o desembolso de quantias superiores àquelas que previra.
- Para que os apartamentos, salas, lojas ou vagas de garagem de um prédio adquiram a existência jurídica de unidade autônoma, sujeita à propriedade exclusiva de um comprador, é preciso registrar em cartório o instrumento de instituição, especificação e convenção do condomínio. Esse registro deve ser feito no mesmo cartório de registro de imóveis onde foram averbados os documentos referentes à edificação.

QUESTÃO 15

Pela legislação brasileira, o construtor-incorporador está autorizado a prometer a venda de um imóvel que ainda não existe de fato (ou seja, como unidade pronta) nem de direito (isto é, com a construção concluída averbada no cartório de registro de imóveis). Contudo, existe a exigência de que, por meio de documentos, seja demonstrada a real satisfação de alguns requisitos, itens que, por medida de segurança, devem ser minuciosamente verificados pelo comprador. O construtor-incorporador deve comprovar a existência de fato e de direito do(a)

- identidade do proprietário ou o titular da promessa de aquisição da propriedade do terreno, a partir de informações escritas fornecidas pelo cartório de registro de imóveis.
- projeto da construção do edifício, elaborado sob a responsabilidade de técnico inscrito no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA) e por ele assinado, devidamente aprovado pela prefeitura local.
- divisão do terreno, tanto das frações ideais correspondentes às unidades autônomas que irão compor o edifício, como do cálculo das áreas — privativa, comum e total — atribuídas a cada uma delas.
- especificação do acabamento que será dado ao prédio em geral
 fachada, pisos e paredes do *hall* de entrada, portaria, corredores, escadas etc. e a cada unidade autônoma.
- **6** promessa pública do incorporador para realizar o empreendimento, ou seja, da prova do registro da incorporação do edifício e arquivamento da documentação exigida por lei, no cartório de registro de imóveis.

QUESTÃO 16

O processo de incorporação é um conjunto de informações que o construtor-incorporador deve, por lei, arquivar em cartório de registro de imóveis a respeito de um empreendimento a ser construído ou em construção. Essas informações, acompanhadas do denominado memorial da incorporação, referem-se ao terreno, a seu proprietário ou titular de direitos aquisitivos de sua propriedade, ao incorporador e ao empreendimento. O processo de incorporação é útil para

- tornar pública a promessa do construtor-incorporador de realizar o empreendimento objeto da incorporação, embora sem definição de tempo.
- e materializar a intenção da construção do empreendimento, de acordo com o projeto aprovado e as respectivas especificações.
- permitir ao construtor-incorporador oferecer publicamente a venda de unidades autônomas do empreendimento, ou de frações ideais do terreno onde será construída a edificação, conforme o caso.
- permitir aos interessados na compra acesso a informações essenciais acerca da construção, situação do terreno, idoneidade do proprietário e do construtor-incorporador.
- **6** fornecer aos compradores elementos técnicos para o acompanhamento das obras e a fiscalização da atuação do construtor-incorporador.

QUESTÃO 17

A comissão de representantes é o órgão fiscalizador da incorporação. Em uma incorporação em que a construção do edifício é submetida ao regime de administração ou a preço de custo, a comissão de representantes assume importância de maior relevo, atribuindo-lhe a lei diversos poderes, que devem ser exercidos de acordo com o que, a esse respeito, dispuser o contrato. Os poderes conferidos pela lei à comissão de representantes incluem

- examinar os balancetes das receitas (contribuições dos condôminos) e das despesas (gastos com e para a construção) do condomínio dos contratantes da construção do edifício, organizados pelo construtor, inclusive a documentação respectiva, aprovando-os ou rejeitando-os.
- ② fiscalizar a arrecadação das contribuições devidas ao condomínio pelos condôminos contratantes da construção, assessorando o construtor na aplicação das penalidades previstas em contrato, nos casos em que ocorrerem atrasos, e, nos casos de inadimplência, tomar a iniciativa de levar a unidade a leilão, na forma prevista em lei.
- 3 fiscalizar os gastos realizados pelo construtor, com e para a construção do edificio, acompanhando a evolução dos mesmos, de acordo com o desenvolvimento físico da obra.
- 4 acompanhar o andamento da obra, fiscalizando a sua adequação ao projeto aprovado e às especificações e ao padrão de acabamento informados pelo construtor por ocasião do registro da incorporação no cartório de registro de imóveis.
- 6 determinar ao construtor a periodicidade da revisão do custo global estimativo da obra.

QUESTÃO 18

A administração por objetivos (APO) é uma técnica de direção de esforços por meio de planejamento e controle administrativo fundamentado no princípio de que, para atingir resultados, a organização precisa antes definir em que negócio está atuando e aonde pretende chegar. As características principais da doutrina da APO incluem o(a)

- fato de que os objetivos a serem atingidos pelo executivo serão estabelecidos pelo seu superior.
- participação atuante das gerências.
- 3 independência entre os vários objetivos interdepartamentais.
- fraca participação dos órgãos de assessoramento.
- 6 ênfase na mensuração e no controle de resultados.

QUESTÃO 19

Entre os formadores de opinião daquilo que hoje se denomina de Teoria Comportamental da Administração está Frederick Herzberg, que formulou a teoria dos dois fatores, para melhor explicar o comportamento das pessoas em situações de trabalho. Segundo essa teoria, os fatores motivacionais incluem

- 1 o salário.
- **2** as relações com a chefia imediata.
- 3 os benefícios e serviços sociais oferecidos pela organização.
- **4** a possibilidade de progresso profissional.
- 6 a condição física do local onde se realiza o trabalho.

QUESTÃO 20

Consoante a teoria dos sistemas, a organização é um sistema aberto cujas principais características incluem

- estrutura social auto-suficiente ou autocontida.
- 2 ciclos de eventos que jamais se repetem.
- **3** entropia positiva.
- 4 equifinalidade.
- **6** homeostase estática.